

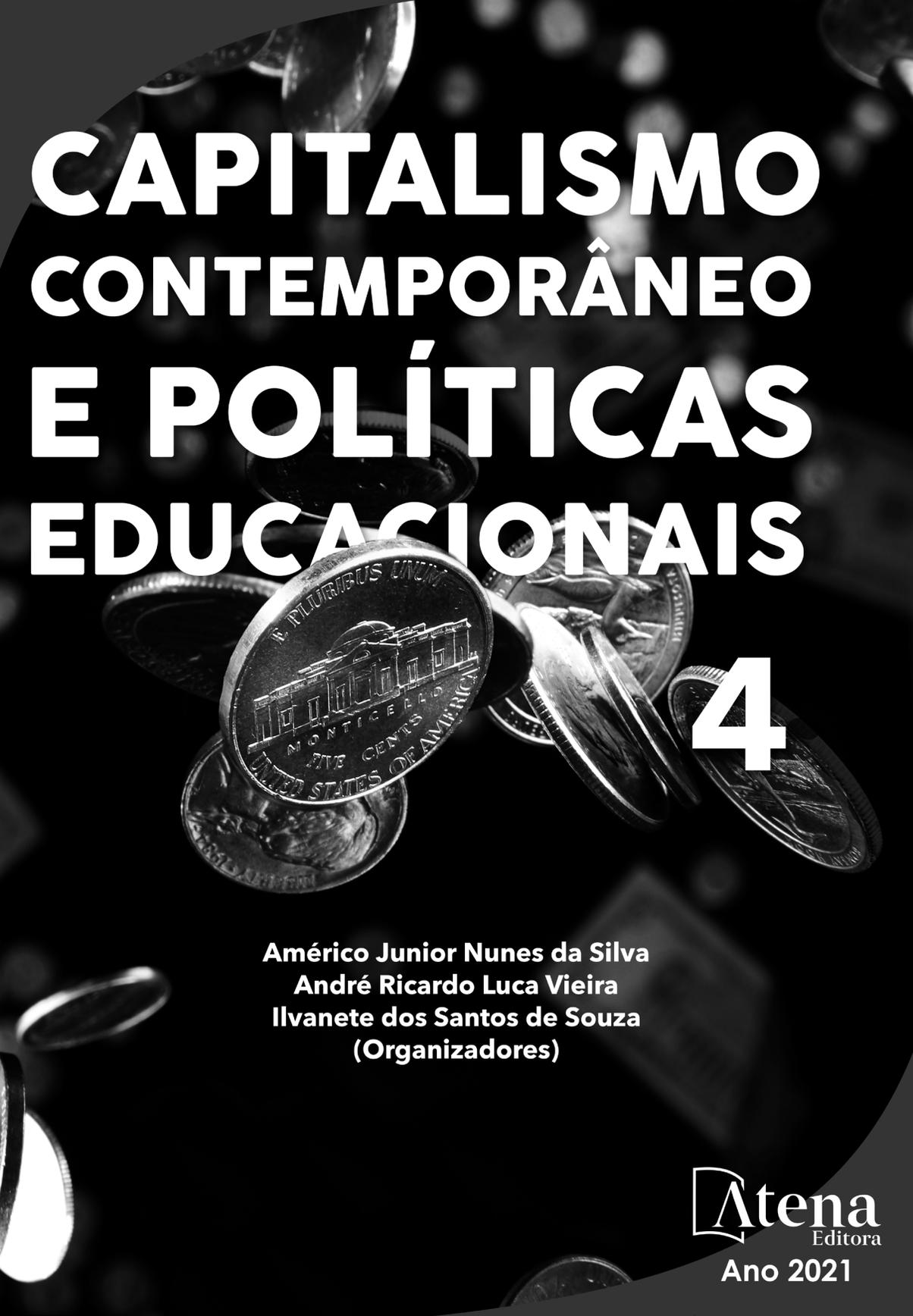
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

4

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Luca Vieira
Ilvanete dos Santos de Souza
(Organizadores)**

Atena
Editora

Ano 2021



CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

4

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Luca Vieira
Ilvanete dos Santos de Souza
(Organizadores)**

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Capitalismo contemporâneo e políticas educacionais 4

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
Ivanete dos Santos de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C244 Capitalismo contemporâneo e políticas educacionais 4 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira, Ivanete dos Santos de Souza. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-164-7
DOI 10.22533/at.ed.647211106

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador). III. Souza, Ivanete dos Santos de (Organizadora). IV. Título. CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re)pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021, com a aprovação do uso das vacinas no Brasil e com aplicação a passos lentos, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Como assevera Santos (2020), desde que o neoliberalismo foi se impondo como versão dominante do capitalismo o mundo tem vivenciado um permanente estado de crise; onde a educação e doutrinação, o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado são os principais modos de dominação ao nível dos Estados.

Nesse sentido, a pandemia, ainda segundo o autor anteriormente referenciado, veio apenas agravar a crise que a população tem vindo a ser sujeita. Esse movimento sistemático de olhar para as crises, postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto dessa crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “**Capitalismo Contemporâneo e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re)pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que aceitaram fazer parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestras, doutores ou doutoras

que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
Ilvanete dos Santos de Souza

REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

CRIANÇAS E O CONTEXTO DIGITAL: UMA ABORDAGEM EDUCACIONAL

Ana Rubia Testa

Poliana Fabíula Cardozo

DOI 10.22533/at.ed.6472111061

CAPÍTULO 2..... 12

PRODUÇÃO DE VÍDEOS EDUCATIVOS UTILIZANDO O *KINEMASTER*

Maria Gisélia da Silva Gomes

Giselma da Silva Gomes

Antonia Givaldete da Silva

DOI 10.22533/at.ed.6472111062

CAPÍTULO 3..... 25

ROBÓTICA EDUCACIONAL: UMA PROPOSTA DE ENSINO DE FÍSICA NO ENSINO BÁSICO

Walter Vieira da Silva Júnior

Rafael Rodrigues de Sousa Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.6472111063

CAPÍTULO 4..... 39

UMA EXPERIÊNCIA DE INTERATIVIDADE: O USO DO BIGBLUEBUTTON NO COLÉGIO MILITAR DE BRASÍLIA

Elisângela Maria da Silva Bossone

Fernando Cunha Córes

Maria José Cunha Freire Mendes

Rosyanne Louise Autran Lourenço

Vanessa Cristina Salgado Branco

DOI 10.22533/at.ed.6472111064

CAPÍTULO 5..... 48

UMA PROPOSTA DO USO DO SOFTWARE SCRATCH NO ENSINO DA BALAIADA EM AULAS DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Darlan Mélo

Delcineide Maria Ferreira Segadilha

DOI 10.22533/at.ed.6472111065

CAPÍTULO 6..... 62

PERCEPÇÕES DE GRADUANDOS SOBRE ENSINO À DISTÂNCIA

Ubiratan Silva Alves

Sergio Luiz de Souza Vieira

DOI 10.22533/at.ed.6472111066

CAPÍTULO 7.....	75
MOBILE LEARNING (APRENDIZAGEM EM MOVIMENTO): OS DISPOSITIVOS MÓVEIS COMO FERRAMENTAS FACILITADORAS NO ESPAÇO ESCOLAR	
Jane Ramos Marques de Farias	
Rosilene Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6472111067	
CAPÍTULO 8.....	95
A USABILIDADE DO APLICATIVO PLICKERS COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA NA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA PARA ALUNOS DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I	
Nathália Gomes da Silva Bastos	
DOI 10.22533/at.ed.6472111068	
CAPÍTULO 9.....	104
LITERACIA DIGITAL E NOVAS COMPETÊNCIAS DOCENTES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	
Jódna Lopes	
Maria Eneida Costa dos Santos	
Roseliane de Fátima Costa Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.6472111069	
CAPÍTULO 10.....	116
TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO: PROPOSTA E AVALIAÇÃO DE UMA FERRAMENTA TECNOLÓGICA PARA AJUDAR NO FORTALECIMENTO DA CONSCIENTIZAÇÃO PARA O COMBATE DO MOSQUITO <i>Aedes Aegypti</i>	
Marco Aurélio da Silva	
Ricardo Everton Lima	
Jéssica Caroline Bezerra Vale	
DOI 10.22533/at.ed.64721110610	
CAPÍTULO 11.....	129
<i>SOFTWARES</i> EDUCATIVOS PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Luzia Braga Pereira de Melo	
Gerson Ribeiro Bacury	
DOI 10.22533/at.ed.64721110611	
CAPÍTULO 12.....	133
DESIGN INSTRUCIONAL: OS BENEFÍCIOS DO JOGO NA EXPERIÊNCIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM – UMA ANÁLISE DO JOGO “O X DA QUESTÃO”	
Maria Fernanda Cals Marques	
Luís Alexandre Fernandes Ogasawara	
DOI 10.22533/at.ed.64721110612	

CAPÍTULO 13	151
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COM O USO DA TECNOLOGIA: O CASO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER	
Jéssica Serra de Freitas	
Francisco Jadson Marinho de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.64721110613	
CAPÍTULO 14	162
POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO DAS TECNOLOGIAS NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL EM JACUNDÁ – PARÁ	
Antonio de Lellis Ramos Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.64721110614	
CAPÍTULO 15	174
GOOGLE CLASSROOM E SMARTPHONES COMO FERRAMENTAS DIGITAIS FACILITADORAS DO ENSINO DE MATEMÁTICA: O RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA	
Roberto Carlos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.64721110615	
CAPÍTULO 16	185
O CORDEL COMO PONTE PARA A REFLEXÃO AMBIENTAL SOBRE A AMAZÔNIA – RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR	
Rosália Caldas Sanábio de Oliveira	
Fabiana da Conceição Pereira Tiago	
DOI 10.22533/at.ed.64721110616	
CAPÍTULO 17	196
A EXPERIMENTAÇÃO COMO FERRAMENTA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE QUÍMICA: RELAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	
Thays Maria Luz dos Santos	
Antonio Costa da Silva	
Francisca Deiane Freitas Silva	
Luís Cardoso da Silva	
Ronaldo Campelo da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.64721110617	
CAPÍTULO 18	205
GAMIFICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: UTILIZAÇÃO DO ODONTOBINGO COMO FERRAMENTA DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
Karen Laurene Dalla Costa	
Daiane Cristina Peruzzo	
DOI 10.22533/at.ed.64721110618	
CAPÍTULO 19	212
MODELAGEM (TERRÁRIO) COMO FERRAMENTA NO ENSINO INVESTIGATIVO DE ECOLOGIA	
Aline Oliveira Figueiredo	
Andre Perticarrari	

CAPÍTULO 20..... 226

METODOLOGIAS ATIVAS E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL APLICADA AO TURISMO: REFLEXÕES SOBRE A SALA DE AULA INVERTIDA COMO FERRAMENTA INOVADORA NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Concilene Régia Nascimento Campos de Carvalho

Emanuely Ferreira dos Reis Luz

Joao Batista Bottentuit Junior

Klautenys Dellene Guedes Cutrim

Charlestony Costa de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.64721110620

CAPÍTULO 21..... 238

FEIRA DE CIÊNCIAS COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO NA PROMOÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA

George Matheus Terra Borges

Amanda Monteiro Pinto Barreto

DOI 10.22533/at.ed.64721110621

CAPÍTULO 22..... 248

METODOLOGIAS ATIVAS: O ADVENTO DA GAMIFICAÇÃO COMO FERRAMENTA DE ENSINO PARA O NÍVEL SUPERIOR E APLICABILIDADES EM ESTUDOS DE COMÉRCIO EXTERIOR

Yohan Farias Capela Ferreira

Ravel Farias Capela Ferreira

Viviana Menezes Costa

Phillippe Hubert Gidon

DOI 10.22533/at.ed.64721110622

CAPÍTULO 23..... 255

APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMA: UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA PARA INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA FOTOVOLTAICO

Laura Lisiane Callai dos Santos

Jaderson Rosa dos Santos

Leonardo da Silveira

Cristiane Cauduro Gastaldini

Paulo César Vargas Luz

DOI 10.22533/at.ed.64721110623

CAPÍTULO 24..... 269

AS CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA NO ENCONTRO COM O EU

Rosalina Ananias Pinheiro Neves

DOI 10.22533/at.ed.64721110624

CAPÍTULO 25	281
RELAÇÃO DA FOME COM A VIOLÊNCIA: UMA PROPOSTA PARA A PROTEÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
Julio Ferreira de Andrades	
Estélvia Rosandra Portilio Maciel	
Francine Cansi	
DOI 10.22533/at.ed.64721110625	
CAPÍTULO 26	292
METODOLOGIAS INOVADORAS PARA NOVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS	
Giancarlo Gordin de Abrantes Sorvillo Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.64721110626	
SOBRE OS ORGANIZADORES	298
ÍNDICE REMISSIVO	300

RELAÇÃO DA FOME COM A VIOLÊNCIA: UMA PROPOSTA PARA A PROTEÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Data de aceite: 01/06/2021

Julio Ferreira de Andrades

Graduando do Curso de Direito, Contabilidade e Especialista em Metodologia do Ensino Superior da Universidade de Passo Fundo-UPF - RS

Estélvia Rosandra Portilio Maciel

Graduada pelo Curso de Ciências Biológicas e Especialista em Educação Ambiental da Universidade de Passo Fundo-UPF- RS

Francine Cansi

Doutoranda em Ciência Jurídica Univali / Dupla Titulação com o Doctorado (IUACA), Alicante/Espanha. Mestre PPGDR: Estado Instituições e Democracia-(Unisc/RS). Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho e Especialista em Direito Processual Civil. Advogada. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais(Direito) Universidade de Passo Fundo-UPF/RS

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo propor uma forma de um novo formato de doações para o Imposto de Renda, visando à proteção da criança e do adolescente, descrevendo apontamentos, orientações e até chamamentos aos contribuintes “chamados potenciais” do Imposto de Renda – as pessoas jurídicas do lucro real e as físicas do ajuste completo -, para as suas destinações anuais aos respectivos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e Adolescente, as chamadas doações

aos Funcionários Municipais. E importantes e significativos recursos estes, monitorados pelos respectivos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e Adolescentes, os “Comitês Municipais”, a serem repassados às entidades assistenciais nos respectivos municípios, para o custeio à alimentação, à educação, à assistência e proteção às crianças e adolescentes carentes e em situação de risco e vulnerabilidade. Assim pela relevância do assunto buscou-se as ferramentas de combate às consequências da fome, reforçando assim a necessidade de reflexão crítica sobre a relação da fome e da violência.

PALAVRAS - CHAVE: Adolescentes. Criança. Doações. Imposto de Renda. Proteção para Educação.

ABSTRACT: The present study aims to propose a form of a new format of donations for the Income Tax, aiming at the protection of children and adolescents, describing notes, guidelines and even calls to the “so-called potential taxpayers” of the Income Tax - people the real profit and the physical adjustments of the full adjustment -, for their annual allocations to the respective Municipal Funds for the Rights of Children and Adolescents, the so-called donations to Municipal Children. These are important and significant resources, monitored by the respective Municipal Councils for the Rights of Children and Adolescents, the “Municipal Committees”, to be passed on to the assistance entities in the respective municipalities, for the cost of food, education, assistance and protection for children and underprivileged and at-risk and vulnerable

adolescents. Therefore, due to the relevance of the subject, I ask you to point out the tools to combat the consequences of hunger, thus reinforcing the need for critical reflection on the relationship between hunger and violence.

KEYWORDS: Teens. Kid. Donations. Income tax. Education of Protection.

INTRODUÇÃO

É princípio básico da ciência contábil, quem recebe: deve, e por tanto é debitado; e quem dá: tem haver, e assim, por sua vez na partida dobrada, o creditado, a formar a equação da igualdade. Trata-se pelo lançamento das operações econômico/financeiras, do registro da origem e aplicação dos recursos, e da causa e efeito dos resultados (ANDRADES, 2015).

Segundo Stamnes (2015), existem muitas evidências que vinculam à fome a impulsividade à violência, não só das crianças, mas também seus pais, e apesar dos grandes avanços econômicos, sociais, tecnológicos, a falta de comida para milhares de pessoas no Brasil e no mundo continua. Dados estatísticos da Organização das Nações Unidas (2019), indicam que existe atualmente um bilhão de pessoas passando fome no planeta. Isto corresponde a um sexto da população mundial. Além disso, 100 milhões vivem sem teto, há um bilhão de analfabetos, um bilhão e meio sem água potável, 150 milhões de crianças subnutridas com menos de cinco anos (uma para cada três no mundo), 12,9 milhões de crianças morrem a cada ano antes de completar 5 anos de vida.

Frente a isso, reflete-se sobre o que falta para acabar ou reduzir ao máximo a quantidade de pessoas que passam fome? Trata-se de um estudo de revisão, na qual como objetivo principal é propor uma forma de um novo formato de doações para o Imposto de Renda, visando à proteção da criança e do adolescente, descrevendo apontamentos, orientações e até chamamentos aos contribuintes “chamados potenciais” do Imposto de Renda – as pessoas jurídicas do lucro real e as físicas do ajuste completo -, para as suas destinações anuais aos respectivos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e Adolescente, as chamadas doações aos Funcrianças Municipais.

METODOLOGIA

O método utilizado na fase de Investigação é o indutivo; na fase de tratamento dos dados, o cartesiano, e, no relatório da pesquisa, ou seja, no presente estudo emprega-se o método dedutivo-indutivo. Nas fases da pesquisa poderão ser acionadas as técnicas do referente, da categoria, do conceito operacional e da pesquisa bibliográfica.

REFERENCIAL TEÓRICO

Considerações sobre Desigualdades, Pobreza e Fome

A vinculação da desigualdade e da pobreza às trajetórias de crescimento da violência, descritas por Cesaltina Abreu (2012), são consoantes ao pensamento de Adam Smith, o qual considerava que a vida econômica da humanidade se caracterizava por fases distintas e sequenciais, e que sua evolução se baseava na psicologia humana em busca, por um lado, de bem-estar e, por outro lado, na obtenção desse bem-estar com o menor esforço possível, o que teria originado o sistema de permuta, fundamento da divisão social do trabalho. A crescente procura por um mais amplo e diversificado leque de bens para satisfazer necessidades sempre crescentes estaria na origem dessa evolução. Abreu (2012) explica que:

Nas suas obras "Teoria dos Sentimentos Morais" e "Riqueza das Nações", por diversas vezes expressou preocupação pela situação da maioria pobre dos trabalhadores ingleses, nomeadamente quando dizia que "o patrimônio de todo o homem é o seu trabalho, já que é o fundamento original de toda a propriedade, e por isso é o mais sagrado e inviolável. O patrimônio de um pobre baseia-se na sua força e na habilidade das suas mãos; por isso, impedi-lo de empregar força e habilidade da maneira que creia adequada sem prejudicar o seu próximo, é uma violação clara da propriedade mais sagrada" (ABREU, 2012, s/p).

Ainda, segundo Abreu (2012), decompondo o conteúdo de pobreza enquanto privação de capacidades, a pobreza refere-se à falta de recursos por parte de um indivíduo ou população. Em termos de indicadores, embora muitos incluam as variáveis educação, saúde, habitação e salário, é esta última a mais utilizada na mensuração do fenômeno.

Em estudos de saúde, a pobreza é determinada como uma variável, e está ligada à determinação da morbimortalidade. Fome é um estado de desconforto físico relacionado à carência de alimentos, e que transforma os comportamentos, pois a insolidez da fome é a grande vilã. A fome não é um conceito clínico (ANDRADES, 2015). Não está presente na Décima Revisão da Classificação Internacional de Doenças (OMS, 2000), nem como patologia, nem como sinal ou sintoma. Não obstante, há inúmeros estudos clínicos e epidemiológicos do efeito da fome sobre populações humanas.

Contudo, muito mais que a pobreza que também pode ser generalizada, a fome adquire, na literatura científica, a dimensão de uma carência generalizada com forte conteúdo moral que a associa às injustiças sociais - as desigualdades - e à construção, ao natural, de atos de violência desde a infância. Mas, para isso há a necessidade de atividades econômicas capazes de gerar rendas, oportunidades de trabalho, tributos, assistência social e outros benefícios nas comunidades (PAES-SOUSA; RAMALHO; FORTALEZA, 2003).

Porém, reside a grande preocupação, pois, pelos consequentes fechamentos

de empresas, e assim de vagas de trabalho causados pela pandemia da Covid-19, tais circunstâncias vêm alterando as economias locais e a vida das pessoas. Esses temas e outros na mesma linha devem fazer parte dos planos dos governos (ANDRADES, 2021).

Assim, ao compor um modelo de assistência as crianças e adolescentes, destaca-se, não somente a base dos direitos desses sujeitos para que cresçam com dignidade, mas também orientar as melhores práticas e a compreensão de atendimento às crianças, assim como a responsabilidade social e do Estado em fornecer condições para que estas se desenvolvam plenamente. Crianças e adolescentes, em todos os contextos são vulneráveis, nas quais os mais pobres e marginalizados enfrentam obstáculos no acesso a recursos, a apoio e serviços de saúde, nutrição e educação. Como resultado, eles são incapazes de atingir seu maior potencial quando adultos e de romper o ciclo da pobreza (ANDRADES, 2021).

Se a desigualdade deve ser enfrentada de frente, intervenções positivas na infância e adolescência devem chegar àqueles que precisam. Além de minimizar a desigualdade, o investimento na infância e adolescência aumenta a produtividade das gerações futuras, tornando-o uma grande prioridade para os governos. Assim, a melhoria dos cuidados infantis, por meio de sua assistência integral, é a única política capaz de reduzir as desigualdades. Como afirma Lu et al. (2020, s/p):

“[...] o desenvolvimento global da criança, ainda fornece a base crítica para: (a) a educação ao longo da vida, (b) produtividade no trabalho, saúde física e mental e (c) bem-estar social. Desta forma, o desenvolvimento saudável de todas as crianças e adolescentes, em todos os níveis, beneficia toda a sociedade ao fornecer uma base segura para a saúde plena, na qual inclui disponibilidade de alimentos e água potável, higiene, educação, na qual o aprendizado e a produtividade econômica passam a ser visões para o futuro adulto.

Assim é imprescindível melhores políticas capazes de levar ações e atuações nacionais e internacionais mais eficazes para reduzir as desigualdades sociais, trabalhando pela sua base, que é a criança. A falta de alimento, o acesso desigual à educação, a saúde, a água potável e saneamento, além dos fracos sistemas de assistência, são barreiras estruturais que interferem na capacidade de fornecer políticas efetivamente de igualdade, em resposta às diversas necessidades dos mais carentes.

A Relação da Fome com a Violência

Dados da FAO indicam que, após quase uma década de declínio, o número de pessoas afetadas pela fome no mundo aumentou novamente, com 815 milhões de habitantes sofrendo de desnutrição crônica em 2016. Em 2017, 124 milhões necessitaram de assistência alimentar de emergência, em comparação com os 108 milhões de 2016 (NAÇÕES UNIDAS, 2018). Na mesma linha, o Programa Nacional de Alimentos das Nações Unidas (2018), reconhece que à medida que a fome aumenta, os conflitos se alimentam,

representando 60% dos 815 milhões de pessoas com fome crônica no mundo. Das 13 maiores crises alimentares do mundo atualmente, países como o Afeganistão, Burundi, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Iraque, Nigéria, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Síria e Iêmen - estão relacionadas a conflitos pela fome.

A violência e a fome mostra que estão intimamente relacionados em um ciclo em que os efeitos e consequências de um composto e aumentar os efeitos do outro, desde a infância. Afinal, vive-se em um mundo em que as crianças são forçadas a roubar, prostituir-se até mesmo, em casos extremos, a matar para ajudar suas famílias famintas a sobreviver a uma elite impiedosa e dominante (SAATH; FACHINELLO, 2018; MATOS, 2019).

Adicionado a esse argumento, Silva e Esquível (2018) afirmam que o difícil é entender porque os países, àqueles com diversas áreas de produção agrícola e que se modificam economicamente e de maneira crescente no decorrer dos anos, possibilita que a fome faça parte do convívio de um número alarmante de pessoas. No Brasil, por exemplo, mesmo com programas sociais federais e estaduais o problema da fome não é solucionado.

Acrescenta-se a essa afirmativa, o entendimento de Andrades (2015), ao citar que que nada acontece por acaso, pois pela falta dos devidos recursos legais das doações anuais do Imposto de Renda, a fome e a necessária assistência se fazem presentes em pequenas, médias e grandes cidades e também no campo, independentemente da região ou estado brasileiro.

A falta de trabalho leva à pobreza, e pobreza e fome são dois problemas que andam de mãos dadas. Ao lado do desemprego, cresce também a miséria. Pesquisas como de Berry (2015) e Stamnes (2015), mostram que existe uma correlação entre desnutrição infantil e uma predisposição para comportamentos violentos. Essa conexão é incontestável quando se observa as principais emergências globais da fome. Estima-se que 80% dos recursos do Programa Mundial de Alimentos (PMA) sejam implantados em áreas afetadas por conflitos (WORLD FOOD PROGRAM, 2016).

Segundo Saath e Fachinello (2018), uma suposição comum é que a segurança alimentar reduzida leva à fome e ao desespero, que por sua vez desencadeiam protestos, violência e riscos crescentes de radicalização. As crescentes preocupações com as consequências sociais das mudanças climáticas estão ajudando a impulsionar essa visão do mundo. A falta de aplicação do direito a alimentação adequada, fonte esta motivadora para uma vida digna, não pode ser atribuída apenas à habitual falta de vontade política dos governos, mas também à sociedade.

Como explica, Kracht (1977), no nível da superfície, reconhecer as diferenças sociais podem parecer sutis, mas na reflexão elas emergem como fundamentais na vida do outro. São disparidades que possuem uma dimensão ética e jurídica. A diferença fundamental é entender que o alimento é uma abordagem de direitos humanos, e que parte da posição ética de que todas as pessoas têm esse direito, desde a concepção – pela boa nutrição da genitora-, até o fim da vida.

Soma-se a isto, a concepção de Antonio Enrique Pérez Luño (2013), na qual explica que o sistema político e jurídico será orientado para o respeito e promoção da pessoa humana em sua dimensão individual, se for um Estado liberal, ou coletivo, se for um Estado social de direito. Na convivência política, os direitos fundamentais gozarão de maior proteção se houver um maior Estado de Direito, ao contrário menor estado de direito, menor proteção dos direitos fundamentais. Um fator que tem sido amplamente ignorado, no entanto - principalmente entre os formuladores de políticas para crianças e famílias - é a prevalência e os efeitos devastadores da fome (MARTINS; KUPERMANN, 2017).

A fome é uma causa importante e também um efeito da violência social. A fome tem custos econômicos substanciais para indivíduos, famílias e sociedades inteiras. O trabalho, muitas vezes o único patrimônio dos pobres, é desvalorizado para os famintos. A saúde mental e física é comprometida pela falta de comida, reduzindo a produtividade, a produção e os salários que as pessoas ganham (STAMNES, 2015).

A falta de educação, a pobreza, o desemprego, e a alta mortalidade infantil - todas exacerbadas pela escassez de alimentos - estão entre os preditores mais confiáveis para o aumento da violência. Investir em medidas que melhoram os padrões de vida, melhoram as oportunidades educacionais para crianças e jovens e promovem o desenvolvimento de instituições democráticas, não apenas melhorará a segurança alimentar local em sociedades vulneráveis, mas também para reduzir a aceitação da violência como meio de resolver conflitos (MARTINS; KUPERMANN, 2017).

A fome como causa da violência tem sido objeto de poucos estudos. Apenas de modo recente essa relação veio à tona e os efeitos da crise global de alimentos começaram a alterar o paradigma. É importante ressaltar, que esta, a fome, para saciá-la, ao natural depende de alimentos diários. E que estes, para adquiri-los dependem de recursos financeiros, que por sua vez dependem das atividades laborais dos pais ou familiares. E cujas vagas de trabalho, grande parte pela falta de capacitação e até perdas para as tecnologias, vêm se tornando cada vez mais limitadas (ANDRADES, 2015).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, dentre outros, o direito fundamental à dignidade da pessoa humana, tido como fundamento da República, ao retomar o Estado Democrático de Direito no país, bem como adotou o compromisso jurídico-ideológico com os Direitos Fundamentais convencionando-os como pilstras.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) situou uma nova visão em relação a esses sujeitos – crianças e adolescentes -, apresentando um novo paradigma para seus direitos. Abraçou-se a doutrina da proteção integral, que já avalizada no artigo 227 da Carta Magna prescreve, como fundamento à defesa dos direitos da criança e do adolescente com a corresponsabilidade da família, da sociedade e do Estado pela sua promoção, transformando a proteção integral da criança e do adolescente em um direito constitucional. Na prática, isso deve ser objeto de séria preocupação, pois pelo atual formato das doações do IR, não vêm se viabilizando os necessários recursos legais para o custeio a essa

assistência e à proteção integral.

E, ainda, permanece uma lacuna visível entre a aceitação implícita da responsabilidade global pela erradicação da fome e da pobreza e até que ponto as ações concretas foram tomadas em âmbito nacional e internacional. Apesar dos óbvios, os recursos para programas relacionados à alimentação e nutrição para beneficiar os necessitados parecem ser apenas uma fração do que é necessário para fazer uma diferença substancial.

Considerando, como já afirmado, que os artigos 227/CF e 260/ECA e a própria legislação do IR remetem às pessoas jurídicas do lucro real e às físicas do ajuste completo, suas destinações anuais de até 1% e 6% desse tributo aos Fundos Municipais do Direito da Criança e Adolescente – os chamados Funcrianças Municipais -, para assistência às crianças carentes. Aliás, esses valores podem ser destinados inclusive aos idosos, às Apaes, à cultura e ao esporte. Essa sistemática ocorre sem perdas às pessoas físicas, ao serem deduzidas do imposto devido, no momento dos ajustes, podendo diminuir a diferença do IR a pagar ou transformá-la em restituição;

Os recursos arrecadados nessa sistemática são repassados às entidades assistenciais cadastradas e monitoradas pelos respectivos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança - os Comdica's Municipais, a somarem-se às efetivas doações das Igrejas, dos clubes de serviços e demais contribuições espontâneas da sociedade, no custeio à assistência e à proteção às crianças e adolescentes carentes e em situação de vulnerabilidade. Inicialmente, poderão ser úteis alimentando-as e as protegendo das drogas e de violações. E, a partir daí, viabilizar, via carinho, educação, atividades esportivas e lúdicas e acesso às tecnologias, a sua inserção social e preparação para a dignidade do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: PROPOSIÇÃO PARA O COMBATE A FOME E A VIOLÊNCIA

A ideia referente a proposição para o combate a fome e a violência, surgiu em meados de 1998, pela experiência pessoal como Contador, Secretário Municipal da Fazenda de Passo Fundo/RS e Auditor-Fiscal da Receita Estadual. Trata-se de uma proposição que busca apontar a captação de recursos, com a finalidade de investir na criança e no adolescente, entendendo que a partir da alimentação adequada e diária para pais e filhos, os mesmos terão a chance para ampliar e qualificarem-se dignamente para uma vida plena e, tais propostas possibilitam a viabilizar a geração de tributos, novos empregos, e assim o desenvolvimento econômico do país.

E cujo agravamento, conforme as notícias diárias na imprensa, que aponta para a necessidade, urgente, de tais ações/doações a viabilizarem e de forma permanente, a totalidade de tais recursos legais do IR a custearem, e por aí sim, a construção e manutenção de uma efetiva segurança nacional. E não somente pela repressão a altos

custos e resultados discutíveis, mas também e principalmente através da maior eficácia das ações preventivas. E estas, de enfatizar-se, através da assistência à maior quantidade de tais crianças e adolescentes carentes e em situação de vulnerabilidade. Inclusive, por legislação paralela, também para assistência aos idosos carentes e à própria cultura.

E na qual para o seu combate, o que mais vem sendo apontado por nossas autoridades e pela própria imprensa, é de apenas mais efetivos, mais viaturas, mais presídios e outras formas repressivas. E que são realmente importantes, porém insuficientes pelo crescimento cada vez maior das causas violência. E estas pouco ou quase nada combatidas na origem, mas somente nos efeitos. Sendo então, que o objetivo da presente obra é apontar e ratificar a necessária eficácia da PREVENÇÃO como a forma mais eficaz para combater essa violência. E prevenção esta, através de ações na base pela assistência e proteção à criança. Podem, sim, e devem continuar as ações repressivas, mas igualmente e simultaneamente as ações preventivas. E estas por sua vez, conforme as recomendações do presente livro, a serem custeadas, e em todo o Brasil, através dos já referidos recursos legais das chamadas “doações anuais do Imposto sobre as Rendas”, as quais pelo atual formato tem sido insuficientes. Nesse sentido, peço vênica para contribuir por meio dos apontamentos dos planos “A e B” que seguem:

- **Plano “A”**: emergencial, mas temporário, até a viabilização do plano “B”, e monitorado pelos respectivos “Comdica’s Municipais”, na participação das populações locais, através de doações espontâneas de pequenos valores (o equivalente, por exemplo, a um refrigerante mensal), e indicados pelos próprios doadores e assim acrescidos e pagos nas contas mensais da água, ou da luz ou de outras possíveis, e a serem também creditados aos respectivos “Funcriança’s Municipais”. Esse formato é possível sim, pois, a exemplo, dentre outras, da cobrança mensal da “Taxa de Lixo” pelas Prefeituras Municipais - como ocorre em Passo Fundo/RS, através da conta da luz -, e a serem repassados aos respectivos Funcriança’s municipais-. Dessa forma, reforçarão as referidas baixas doações do IR no custeio à assistência à maior quantidade de crianças e adolescentes.

- **Plano “B”**: que aponta para a necessidade, urgente, de um novo formato para que as chamadas “doações legais do IR” de até 1% e 6%, sejam automaticamente creditadas nas contas dos respectivos Funcriança’s Municipais, no momento dos pagamentos deste tributo. Algo semelhante no Brasil ao pagamento do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), em que os percentuais de 50% pertencentes aos municípios do emplacamento, já ficam automaticamente creditados nas respectivas contas municipais no momento de tais pagamentos. E doações estas do IR pelas pessoas jurídicas com diversas unidades ou filiais, a serem também creditadas automaticamente aos Funcriança’s municipais na proporção das respectivas bases de cálculos nelas produzidas, conforme seus dígitos de controles nos Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Ainda dentro do Plano B, uma outra forma possível a viabilizar a totalidade desses recursos do IR, é seu embutimento nos repasses mensais do FPM (Fundo de Participação

dos Municípios). Sendo que depois de sua sanção legal, a possibilidade de dispensa do Plano A. Ainda no Plano B, outra possibilidade, de Proposta de Emenda Constitucional e/ou inclusão de Projeto de Reforma Tributária, estabelecendo o repasse integral aos municípios do país dos valores de 1% e 6%, na proporção das populações declaradas pelo IBGE, conforme a proposta enviada a então Senadora Sr^a. Ana Amélia Lemos, pelo contador Eloi Della Vecchia, Presidente da Academia de Ciências Contábeis do Estado do Rio Grande do Sul/ Brasil.

Pois, somente por meio de formatos de custeio nessa linha de raciocínio será possível arrecadar os recursos legais que, somados às já mencionadas doações das pessoas físicas, a custearem essa assistência - nas circunstâncias, e como já citado, como a forma mais eficaz de reduzir a fome e as desigualdades, e assim as principais causas da violência, na base, pela criança. Os resultados certamente não serão imediatos, mas há que se iniciar. E, por aí, até pelo giro de tais recursos nas respectivas economias, haverá a geração de mais empregos e tributos locais, quando, então, poderá ser dispensado o plano “A”.

Com todo o respeito, são os apontamentos para a construção da tão almejada paz, e até a dignidade a todos nós. Inclusive até em outros países onde também enfrentam os mesmos problemas, e cujos imigrantes também carentes, vem invadindo nossas cidades a disputar vagas de trabalho com nossos irmãos também necessitados. Fortemente descrito na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

A amplitude e a profundidade da Agenda 2030 configura-se como inovadora, universal e transformadora, trazendo um conjunto integrado e indivisível de prioridades globais para o desenvolvimento sustentável abrangendo as pessoas, o planeta, parcerias, paz e prosperidade. Os elementos essenciais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, demonstra claramente a relevância social, ambiental, econômica e institucional: relacionada às capacidades de colocar em prática os ODS. Assim, para apontar as ferramentas de combate às consequências da fome, reforçando assim a necessidade de reflexão crítica sobre a relação da fome e da violência.

Assim a presente proposição, para análises pela sociedade e as próprias autoridades sobre a sua pertinência, ajustes e/ou complementações, a pleitearem formato nessa linha junto à Receita Federal e ao próprio Ministério da Fazenda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou propor uma forma de um novo formato de doações para o Imposto de Renda, visando à proteção da criança e do adolescente, descrevendo apontamentos, orientações e até chamamentos aos contribuintes “chamados potenciais” do Imposto de Renda – as pessoas jurídicas do lucro real e as físicas do ajuste completo -, para as suas destinações anuais aos respectivos Fundos Municipais dos Direitos da

Criança e Adolescente, as chamadas doações aos Funcrâncias Municipais.

Nessa perspectiva entende-se que o governo brasileiro, com o intuito de beneficiar entidades filantrópicas, criou mecanismos dentro da lei tributária para estimular pessoas físicas e empresas a se envolverem em projetos sociais, o que, por um lado, agrega valor à imagem dessas empresas perante a sociedade e, por outro, viabiliza recursos para o custeio de projetos sociais. E estes, a custearem a necessária assistência às crianças e adolescentes carentes, inclusive idosos, nas respectivas comunidades.

REFERÊNCIAS

ABREU, Cesaltina. **Desigualdade social e pobreza**: ontem, hoje e (que) amanhã. Revista Angolana de Sociologia. 2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/ras/440>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

ANDRADES, Julio Ferreira de. Cadeira nº 2. In: VECCHIA, Eloi Dalla; et al. **História da Academia de Ciências Contábeis do Rio Grande do SUL- ACCRGS**. 1ª ed. Passo Fundo: Passograf, 2015. p. 62-71. 239 p.

ANDRADES, Julio Ferreira de. **Débitos e créditos da vida**: como apontamentos para o combate à fome, e assim à violência pela prevenção, na base, pela criança. 1ª edição. São Paulo: Editora Bonilaure, 2021.

BERRY, La Verle. **Sudan**: a country study. IN: Federal Research Division, Library of USA Congress. 2015. Disponível em: <http://www.loc.gov/rr/frd/cs/pdf/CS_Sudan.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

KRACHT, Uwe. **O direito à alimentação adequada**: seu conteúdo e realização. Documento elaborado para análise pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU em seu dia de discussão geral em 1º de dezembro de 1997. 1997.

LU, Xiaoxia; et al. **SARS-CoV-2 infection in children**. New England Journal of Medicine, v. 382, p. 1663-1665, mar. 2020.

LUÑO, Antonio Enrique Pérez. **Los derechos fundamentales**. Octava edición. Madrid: Editora Tecnos, 2013.

MARTINS, Karla Patrícia Holanda; KUPERMANN, Daniel. **Fome**: o umbral da vergonha. Trivium: Estudos interdisciplinares, Ano IX, n. 2, pp. 199-209, 2017.

MATOS, Daniel. **O mapa da fome no Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://www.blogsoestado.com/danielmatos/2019/04/15/maranhaocomunista-e-escolhido-para-sediar-debate-sobre-risco-do-brasil-voltar-ao-mapa-da-fome/>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. **FAO**: fome aumenta no mundo e afeta 821 milhões de pessoas. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/fao-fome-aumenta-no-mundo-e-afeta-821-milhoes-de-pessoas/>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. **ONU**: fome atinge mais de 820 milhões de pessoas no mundo. 2019. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/07/1680101>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

PAES-SOUSA, Rômulo; RAMALHO, Walter Massa; FORTALEZA, Beatriz Meireles. **Pobreza e desnutrição**: uma análise do Programa Fome Zero sob uma perspectiva epidemiológica. Saude soc., São Paulo, v. 12, n. 1, p. 21-30, mai., 2003.

SATH, Kleverton Clovis de Oliveira; FACHINELLO, Arlei Luiz. **Crescimento da demanda mundial de alimentos e restrições do fator terra no Brasil**. RESR, Piracicaba-SP, vol. 56, n° 02, pp. 195-212, abr./jun, 2018.

SILVA, José Graziano da; ESQUÍVEL, Adolfo Pérez. **A fome é um crime**: o aumento da subalimentação coincide com uma década de declínio gradual da paz mundial. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/26/opinion/1530022522_378648.html>. Acesso em: 11 fev. 2020.

STAMNES, Eli. The United Nations Mission in the Republic of South Sudan (UNMISS): protecting civilians in a Volatile environment. In: **Norwegian Institute of International Affairs (NUPI)**, Policy Brief. 2015. Disponível em: <<https://www.files.ethz.ch/isn/193787/NUPI-Policy-Brief-24-15-Stamnes-3.pdf>> . Acesso em: 13 fev. 2020.

WORLD FOOD PROGRAM. **What causes hunger?** World food program Website. 2016. Disponível em: <<https://www.wfp.org/hunger/causes>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aedes Aegypti 8, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128

Amazônia 9, 185, 186, 189, 191, 193, 194

Ambientes virtuais de aprendizagem 63, 64, 68, 73, 107, 230

Aplicativo 8, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 42, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 60, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 177, 208, 210

Aplicativo Plickers 95, 98

Aprendizado 9, 25, 29, 33, 41, 43, 49, 51, 60, 67, 93, 95, 96, 97, 98, 102, 108, 116, 123, 130, 133, 138, 146, 147, 156, 169, 172, 192, 193, 199, 206, 207, 208, 227, 229, 230, 234, 235, 236, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 284, 294

Aprendizagem 8, 9, 10, 5, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 58, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 73, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 228, 229, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 242, 247, 249, 251, 253, 255, 256, 267, 292, 293, 294, 297

Aprendizagem Ativa 24, 95, 96, 97, 101, 102, 228, 255, 256, 267

Aprendizagem Baseada em Problemas 255

Arduino 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 38

Autoconhecimento 269, 279, 294

Avaliação diagnóstica 8, 13, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 194

B

Balaiada 7, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 57, 60

Biologia 185, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 204, 213, 214, 225

C

Ciência 4, 11, 25, 33, 62, 63, 106, 107, 113, 114, 171, 196, 199, 200, 201, 203, 212, 213, 214, 215, 217, 219, 223, 224, 225, 231, 236, 237, 246, 253, 281, 282, 298

Comércio Exterior 10, 248, 250, 252, 253

Competência 44, 49, 59, 74, 107, 110, 112, 113, 165, 190, 229, 292, 294

Contexto Digital 7, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11

Contextualização 163, 194, 196, 246

Crianças 7, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 29, 36, 51, 66, 67, 109, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 164, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 288, 290

D

Desafios 8, 11, 2, 24, 34, 40, 46, 47, 74, 92, 93, 104, 107, 108, 113, 114, 115, 160, 167, 206, 207, 208, 210, 211, 228, 229, 231, 233, 235, 236, 252, 253, 269, 292, 293, 294, 296, 297

Dispositivos Móveis 8, 17, 24, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 166, 167, 168

E

Ecologia 9, 212, 213, 215, 217, 223

Economia 65, 70, 93, 94, 153, 248

Educação 5, 6, 7, 8, 9, 10, 1, 2, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 38, 39, 40, 41, 43, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 139, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 181, 182, 183, 184, 185, 190, 195, 196, 198, 200, 201, 203, 206, 209, 210, 212, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 246, 247, 248, 249, 250, 253, 256, 267, 280, 281, 283, 284, 286, 287, 292, 293, 294, 297, 298, 299

Educação a Distância 9, 13, 39, 40, 41, 62, 63, 64, 65, 66, 74, 93, 94, 151, 152, 153, 154, 155, 161, 299

Educação Patrimonial 10, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237

Educação remota 12

EJA 14, 15, 20, 48, 50, 51, 52, 53, 57, 59, 60, 66

Ensino 7, 8, 9, 10, 5, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 57, 59, 60, 62, 64, 65, 66, 69, 70, 73, 75, 80, 81, 85, 87, 89, 92, 93, 95, 97, 98, 104, 105, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 256, 271, 272, 277, 278, 281, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299

Ensino a distância 62, 154, 159

Ensino-aprendizagem 9, 39, 40, 41, 44, 46, 92, 104, 108, 109, 111, 112, 113, 115, 117, 128,

133, 134, 138, 147, 148, 191, 193, 196, 197, 203, 205, 210, 211, 212, 237, 249, 253, 256, 294, 297

Ensino de ciências 116, 212, 213, 217, 224, 225, 247

Ensino de história 60

Ensino de Matemática 8, 9, 129, 174, 298, 299

Ensino Fundamental 8, 9, 14, 15, 16, 20, 40, 66, 73, 95, 97, 98, 116, 117, 121, 127, 128, 129, 130, 133, 135, 146, 162, 163, 166, 168, 171, 172, 247

Ensino investigativo 9, 212, 214, 215

Ensino Superior 9, 12, 24, 66, 128, 151, 153, 154, 155, 159, 160, 205, 206, 209, 211, 227, 228, 229, 234, 235, 236, 237, 250, 251, 252, 281, 298

Epistemologia 62, 214, 215, 224

Experiência 6, 7, 8, 9, 21, 22, 32, 39, 41, 46, 47, 95, 97, 102, 128, 133, 147, 151, 174, 176, 181, 183, 185, 188, 190, 191, 192, 195, 224, 237, 269, 287, 292, 293, 294, 295, 297

Experimentação 9, 83, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203

F

Feira de Ciências 10, 238, 240, 241, 242, 243, 246

Ferramenta Pedagógica 39, 40, 89, 117, 189, 231

Ferramentas digitais 9, 49, 105, 108, 174, 177

Ferramenta tecnológica 8, 16, 49, 98, 116, 117, 122, 126, 127, 159

Formação 6, 4, 5, 8, 9, 13, 14, 20, 24, 28, 30, 32, 37, 38, 49, 50, 59, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 85, 87, 92, 97, 104, 105, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 129, 132, 133, 135, 136, 149, 153, 155, 164, 165, 168, 171, 175, 190, 197, 203, 210, 219, 234, 236, 237, 246, 252, 253, 255, 267, 270, 271, 272, 280, 294, 298, 299

Formação de professores 24, 87, 97, 108, 109, 114, 129, 165, 203, 298

Futebol 238, 240

G

Gamificação 9, 10, 148, 155, 205, 206, 207, 208, 211, 235, 248, 249, 250, 251, 252, 253

Geografia 8, 1, 95, 96, 97, 98, 102, 107, 185, 189, 191, 192, 193, 194, 226

I

Inclusão 6, 9, 6, 10, 14, 52, 60, 71, 93, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 176, 179, 231, 289, 297

Inclusão das Tecnologias 9, 162, 163, 164, 168

Inclusão digital escolar 104, 112

Inovação 7, 9, 13, 24, 39, 51, 59, 93, 106, 166, 169, 171, 172, 210, 226, 231, 253, 297

L

Leitura 6, 82, 98, 114, 121, 135, 147, 149, 188, 189, 193, 194, 195, 200, 214, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 280, 295

Linguagem de programação 25, 26, 28, 29, 31, 33, 34, 37

Literacia digital 8, 104, 105, 112

Literatura 10, 7, 50, 80, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 194, 195, 269, 270, 271, 272, 273, 275, 279, 280, 283

Literatura de Cordel 185, 186, 187, 188, 189, 191, 195

M

Metodologia Ativas 226

Mídia Educacional 75

Mobile Learning 8, 75, 76, 77, 82, 94

Modelos 2, 17, 24, 66, 77, 89, 96, 210, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 234, 250, 252

Moodle 39, 40, 41, 43, 47, 94, 209

P

Pandemia 5, 12, 23, 39, 40, 43, 44, 46, 47, 104, 105, 106, 107, 109, 113, 114, 162, 163, 168, 183, 236, 284

Percepção de alunos 62

Políticas Públicas 5, 104, 105, 106, 107, 108, 112, 113, 114, 115, 231

Possibilidades 162

Prática docente 104, 108, 109, 110, 112, 129, 130

Prática Pedagógica 13, 14, 16, 47, 75, 77, 79, 82, 87, 89, 91, 93, 96, 109, 112, 116, 171, 177, 185, 230, 234

Práticas educacionais 84, 151, 156, 292

Q

Química 9, 26, 31, 196, 197, 199, 201, 202, 203, 204, 238, 239, 240, 241, 242, 245, 247

R

Robótica educacional 7, 25, 26

S

Sala de Aula Invertida 10, 24, 226, 227, 228, 230, 231, 234, 235, 237, 292, 293, 294, 295, 297

Sala Invertida 226, 227, 228, 233, 236

Scratch 7, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61

Sistema Fotovoltaico 10, 255, 257, 267

Sociedade contemporânea 1, 3, 4, 5, 7, 9, 11, 114, 133, 293

Softwares Educativos 8, 129, 130, 131

Suporte tecnológico 174

T

Tecnologia 6, 9, 1, 2, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 25, 26, 28, 29, 30, 32, 33, 37, 38, 40, 42, 48, 52, 58, 60, 61, 65, 72, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 91, 92, 94, 96, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 117, 118, 148, 151, 152, 153, 155, 156, 159, 161, 166, 168, 170, 176, 180, 196, 201, 236, 273, 293, 298

TIC 40, 87, 104, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 128, 151, 152, 162, 163, 165, 168, 169, 170, 171, 183

V

Viabilidade Econômica 10, 255, 256, 261, 267

Videoconferência 39, 42, 88

Vídeos aulas 12, 157

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

4

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

4

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021